

Narrativas Regionais e a Temática Indígena em Goiás: o indígena na memória goiana.

PATRÍCIA EMANUELLE NASCIMENTO*

O interesse desse estudo é discutir, a partir da escrita da história de Goiás, as representações do indígena na memória goiana e como essas representações têm sido abordadas na historiografia. Portanto, reservamos esse espaço para contrapor a historiografia de Luís Palacín às leituras de outros autores sobre a região e a temática indígena.

Palacín é responsável por uma interpretação sobre Goiás que definiu certa leitura da região que ainda hoje se apresenta como modelo. Antes de adentrar no artigo de Palacín que nos interessa intitulado *“Uma Amnésia Coletiva: a Ausência do Índio na Memória Goiana”* faz-se necessária a contextualização de sua produção historiográfica. Nesse esforço o trabalho de Rogério Chavez da Silva é uma contribuição importante.

Rogério Chaves da Silva (2006) explicita em sua dissertação que Palacín foi um dos precursores na escrita da história com pretensões científicas, em Goiás. Essa escrita tem como fonte:

a literatura dos viajantes europeus que transitaram por Goiás durante a primeira metade do século XIX (Eschwege, Cunha Matos, Pohl, Saint-Hilaire⁶³), os relatos dos governadores da Capitania de Goiás (século XVIII e início do XIX), cartas régias, cartas de governo, editais, portarias, ofícios, regimentos e livros da Fazenda Real, além das memórias de Antonil e Silva e Souza⁶⁴ (séculos XVIII e XIX). Como nota-se, dentre o arsenal de documentos utilizados por ele, destacaram-se documentos oficiais. (SILVA, 2006:85)

A escrita da história de Palacín, debruçada nessas fontes, reproduz o modelo representacional que influenciou a interpretação sobre Goiás presente na narrativa dos viajantes, cronistas e nos documentos oficiais. De acordo com Sandes “A narrativa histórica regional permaneceu aprisionada na temporalidade do ouro e de sua crise”

Essa perspectiva se apresenta claramente nos escritos de cronistas, viajantes e nos relatórios dos Presidentes de Província. Saint Hilaire (1819) fala em "grande

* Professora nas Faculdades Alfa em Goiânia desde 2003. Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás e doutoranda em História pela mesma Universidade.

decadência" e "profunda apatia em que estão imersos" os habitantes de Goiás, Rodrigues Jardim (1835) julga as estradas da província como "sofríveis", assim como descreveu Camargo Fleury (1837) "em péssimo estado", Pohl (1817) refere-se aos "caminhos esburacados" e Castelnau (1843) ao "mau estado dos caminhos". Foi também Rodrigues Jardim quem caracterizou a dinâmica social regional: "o ocio e a falta de política em hum Paiz onde se pode viver sem trabalhar tem também concorrido para a diminuição da abundância, que nelle se disfructava", no que é acompanhado por Pohl "enquanto tem uns vinténs no bolso, não mexem com as mãos". D'Alincourt (1818) descreve os habitantes de Goiás como "dominados pela preguiça e demasiadamente entregues aos prazeres sexuais e bem diferentes são as causas que os têm conduzido a tão deplorável estado"; e para Taunay (1876) "a população (...) vive vida lânguida e desanimada". Mesmo os escritos de Couto Magalhães (1863), que procuram fugir às lamentações e aos pedidos de auxílio, comuns à maioria dos relatórios provinciais, não deixam de atestar o contraste entre o potencial econômico não explorado e a degeneração moral dos habitantes de Goiás: "aqui a vida se escoia gemendo constantemente", sentencia o jovem presidente da província.¹¹ (SANDES; ARRAES, 2013)

O artigo de Sandes e Arraes (2013) expõe que essa representação da região está assentada em narrativas que "tematizam o surgimento e cristalização de certo tipo de consciência histórica no longo século XIX goiano, que conclama o Estado a participar da construção". Desse modo, a escrita da história regional contemporânea viabiliza um redimensionamento na análise da região. Como aborda Sande e Arraes (2013) a representação do passado será pensada para além da suposta experiência social da abundância ou da subsequente decadência e centrar-se-á na perspectiva dos usos políticos do passado. Entendendo que a idéia de decadência mais que uma experiência empírica teria um conteúdo de, ao conchamar o braço forte do Estado apontando o futuro promissor da Província dadas as suas qualidades, reestabelecer o "nexo colonial" dando maior luminosidade à região e às suas elites nas disputas pelo poder.

Todavia, a perspectiva teórica de Palacín centra-se na decadência

essa representação da decadência construída pelo historiador Luis Palacín Gomez foi arquitetada a partir da leitura que os viajantes europeus fizeram sobre o período, quando de suas passagens por Goiás durante o século XIX, portanto, no momento de plena ou pós-falência das minas nessa capitania. Essa região permeada pela crise econômica, saudosa quanto aos melhores momentos de extração do ouro, fora a sociedade encontrada pela maioria deles: Pohl, Saint-Hilaire, Cunha Matos, Eschwege, D'Alincourt. Além disso, a tradição oral recolhida por Silva e Souza, durante o século XIX, também contribuía para contrapor um período de decadência a um de apogeu que, talvez, só existiu no imaginário dos goianos que, perplexos com a falência das minas, criaram um momento áureo em que a exploração do metal era, pelo menos, satisfatória. (SILVA, 2006:175)

Frente a esse modelo representacional da região é interessante perceber de que modo alguns temas são apresentados, no caso desse estudo em especial a temática indígena.

A representação indígena no texto Palacíniano

Dentro dessa representação da região, Palacín inscreve o relacionamento entre indígenas e colonos. Na sua leitura os interesses da mineração não permitiram uma aproximação pacífica, nesse sentido, o índio é um pesadelo para os mineiros e para os povoados.

No texto de Palacín, a temática indígena, sua presença e sua memória do esquecimento aparecem circunscritas a uma narrativa histórica regional que “permaneceu aprisionada na temporalidade do ouro e de sua crise”(SANDES; ARRAES, 2013)

Rogério Chavez da Siva (2006) apresenta que nos anos 80 e 90 há uma mudança na escrita da História de Palacín, contudo ainda que sua metódica tenha sofrido alterações se alinhando mais na História Cultural e da Mentalidades a sua hipótese central continuaria a mesma, a hipótese da decadência de Goiás com a crise da mineração só superada nos anos de 1930 e depois com a mudança da capital para Goiânia a qual aparecia como símbolo de modernização. Ainda segundo o referido autor, a formação jesuítica de Palacín o influenciou em relação a escolhas dos temas a serem pesquisados. Nesse contexto é que Palacín escreve em 1992, o artigo “*Uma Amnésia Coletiva: a Ausência do Índio na Memória Goiana*”, sobre ele resume Silva:

Nesse artigo, ele mostra como foi intensa, na história goiana, durante o século XVIII e primeira metade do século XIX, a presença do índio, manifestada, principalmente, através dos documentos oficiais, que relatavam a resistência indígena à ocupação e o conflito com os colonos como um dos maiores problemas da capitania de Goiás. Analisa também como o choque com os índios constituía-se, muitas vezes, em um drama para os governantes, divididos entre as obrigações de viabilizar a cristianização dos índios com as de promover a ocupação e colonização da capitania. Em contrapartida, Palacín advoga que, durante a segunda metade do século XIX e no decorrer do século XX, o índio praticamente desapareceu da memória goiana. Utilizando-se de manifestações culturais de Goiás (Trovas, folclores, contos,

romances, histórias populares), referentes a este período, o historiador ressaltou que, mesmo com o relacionamento intenso do ponto de vista bélico, entre colonos e índios, nada ficou de resquícios na memória goiana sobre os últimos. (SILVA, 2006:114)

O artigo de Palacín apresenta a tese do esquecimento, da ausência do indígena na memória goiana. Discute a intensa presença do indígena na história goiana dos séculos XVIII e XIX e seu desaparecimento da memória goiana durante a segunda metade do século XIX e no decorrer do século XX. A hipótese do autor é que a ausência do indígena na memória coletiva se deu em função de dois aspectos, as causas seriam a censura moral, devido a relação violenta e de extermínio, e a censura cultural.

Palacín, em seu texto, procura mostrar a presença e a ausência indígena em Goiás, percebe-se isso na divisão dos tópicos, primeiro *A presença do índio na história de Goiás*, depois *Ausência do índio na memória goiana*. Para esse fim, utiliza como fonte para discutir a presença indígena a documentação oficial: relatórios de presidentes de Província, bem como alguns relatos de viajantes e referências a textos já publicados do próprio autor e do cronista Silva e Souza.

Já para a tese do esquecimento as fontes são as trovas, contos populares, fábulas e o folclore. Palacín observa que esse material que representaria a memória coletiva não coloca a presença indígena como tema. Constata, então, o desaparecimento do indígena na memória goiana, o indígena não é mencionado. Palacín utiliza publicações de Americano do Brasil, de Crispiano Tavares e pesquisas sobre histórias populares. Observa que grande parte da poesia popular tem como fonte os grandes rios do interior, falam sobre o Tocantins, o Araguaia, o Paranaíba e não mencionam o indígena, sendo a o índio se faz tão presente nos grandes rios. “Mas nos grandes rios é, precisamente, onde a presença do índio se faz mais marcante, onde as lutas foram mais contínuas, e onde se deu em maior grau a miscigenação” (Palacin, 1992: 65).

No entanto, é preciso frisar que a memória da qual Palacín fala se situa dentro de um modelo representacional da região. Rogério Chavez da Siva (2006) observa que ainda que a escrita da história de Palacín tenha sofrido alterações decorrentes das mudanças no panorama da historiografia brasileira alinhavando-se com a história das mentalidades há permanências na sua forma de representar a região. Conclui Rogério Chavez da Silva que a idéia de

decadência norteia toda a sua escrita da história, ainda que relativize a decadência em alguns de seus textos ela está presente.

Dentro dessa representação da região, Palacín inscreve o relacionamento entre indígenas e colonos. Esse relacionamento foi marcado pela violência desde o começo “A invasão do território das minas por estas hordas de mineiros violentos, ávidos de lucro e consumidos pela pressa, produziu choques sangrentos com as populações indígenas aqui estabelecidas” (PALACIN, 1992:61). Esse relacionamento já começa com as bandeiras empenhadas na caça ao índio. Com a mineração os lugares de maior densidade populacional presenciou o choque constante com o índio, “Desde o início o relacionamento entre mineiros e índios foi hostil, uma situação permanente de latente estado de guerra” (1992:61).

A presença do indígena na história goiana palaciniana é apresentada a partir da mineração e de sua crise, o período do apogeu e da decadência. Os interesses da mineração não permitiram uma aproximação pacífica, nesse sentido o índio é um pesadelo para os mineiros e para os povoados.

De acordo com Palacín, com a decadência das minas e com o processo de ruralização o relacionamento com os índios ganha nova virulência. As numerosas tribos ainda existentes ao revidar a invasão arrasaram e precarizaram alguns arraiais, daí o problema indígena seria muito mais enfático nesta fase de decadência posta a deteriorização da economia. O que sustenta essa análise? A fonte de Palacín serão os documentos oficiais. Neles a questão indígena aparece com mais gravidade e urgência nos dizeres do autor “Ante a situação tão grave os presidentes propunham alternadamente medidas de repressão bélica ou aproximação mediante propostas de paz” (1992:63).

O texto de Palacín traz trechos interessantes de documentos oficiais e suas apreciações sobre a questão indígena em Goiás:

Em 1837, o presidente Luiz Gonzaga de Camargo Fleury colocava assim o problema em sua mensagem à Assembléia Provincial: ‘Terrível aspecto tem apresentado os Indígenas Canoeiro, Chavante, e Cherente, depois das expedições que em 1836 marcharam contra estes selvagens, e que em vez de os abater, só serviu para mais os alentar em suas hostilidades: vinte e duas pessoas tem expirado cruelmente atormentadas por tão deshumanos bárbaros, e quatorze tem sido conduzidas prisioneiros para serem talvez vítimas de maiores atrocidades. Causa dor, e não é possível ouvir-se tão horrorosos fatos sem estremecer-se: parece que estas três Nações tem projetado acabar com os povos de Carolina, Porto Imperial, Natividade e Amaro Leite: nenhuma segurança, e quase nenhuma esperança há para estes

desgraçados habitantes... (MEMÓRIAS GOIANAS, Vol.3 apud PALACIM, 1992:63)

Ainda:

Na mensagem de 1839, o presidente Assis Mascarenhas apresentava o problema de uma forma ainda mais dramática: ‘Senhores, em todos os Relatórios existe uma página negra que é destinada a contar os horrores e atrocidades praticados contra nós pelo Índio Selvagem: a pena se recusa a traçar o quadro dos estragos e barbaridades que temos sofrido muito recentemente... os povos intimidados por este flagelo tem abandonado suas excelentes e ricas terras de cultura e mineração, as pingues pastagens de seus gados, suas casas e fazendas para serem inteiramente destruídos pelo Gentio: o círculo das habitações civilizadas se vai estreitando cada vez mais’. (MEMÓRIAS GOIANAS, Vol.3 apud PALACIM, 1992:63)

No texto de Palacín a temática indígena, sua presença e sua memória do esquecimento aparecem circunscrita a uma narrativa histórica regional que “permaneceu aprisionada na temporalidade do ouro e de sua crise”(SANDES; ARRAES, 2013)

Logo, é preciso verificar como a temática indígena foi ou está sendo abordada dentro de uma nova leitura sobre a região.

Algumas abordagens sobre a região e a questão indígena

Eis aqui a leitura que a historiografia local contemporânea admite sobre Goiás a qual toma os aspectos materiais e simbólicos da província para além de sua característica empírica, e sim observa na luta das forças simbólicas as estratégias das suas elites para o reconhecimento da região a fim de encurtar a distância econômica e social com o centro. Logo, a ênfase como coloca Sandes e Arraes (2013) recai nos usos políticos do passado a partir das necessidades do presente.

Nessa leitura da região pode-se compreendê-la, como diz Sandes e Arraes (2013) para além da suposta experiência social da abundância ou da decadência, visando a forma como as narrativas foram construídas de maneira a articular um tipo determinado de consciência histórica e a formular uma memória de “mágoa e esperança” (SANDES; ARRAES, 2013)

Os usos do passado passam por uma representação do presente pautada no estigma do abandono, do isolamento, da decadência como contraponto de uma outrora de glória que devia ser retomada pelo braço forte do Estado. Portanto, a hipótese de Palacín para a amnésia

coletiva embora apóie suas fontes em uma nova metódica ainda a circunscreve à compreensão da crise que remete a um determinado modelo representacional da região.

Palacín (1992) adverte que a amnésia é também produto de uma relação marcada por intensos conflitos. As populações indígenas defenderam seu território da marcha para o oeste. Nesse choque de interesses abre-se a fenda do conflito e da violência. Nesse sentido, Palacín (1992) aborda como os diversos povoados passaram a representar o indígena:

Nos moradores mais atingidos pelas hostilidades das tribos, o índio sempre despertou mais ódio que simpatia. E possivelmente, com uma determinação inconsciente de autojustificação, passavam a considerá-lo quase como um animal daninho que devia ser exterminado. Escrevia o primeiro governador de Goiás, o Conde dos Arcos, que com motivo das hostilidades no norte, pessoas das mais ecuanimes o pressionavam para que desse ordem de matar a todo índio acima de dez anos. E a mesma opinião recolheu o médico austríaco Pohl, quase um século mais tarde: os índios eram para os moradores apenas uns 'bichos' que deveriam ser exterminados, para poder-se ocupar suas terras, as mais férteis da Capitania". (PALACIN, 1992:67)

O autor argumenta que a representação do bom selvagem não ganhou espaço em Goiás, aqui o indígena foi definido como bárbaro e feroz. Todavia, embora grande parte da população acatasse a escravização ou extermínio do indígena havia uma censura moral que, de acordo com Palacin (1992), constituiu um elemento de obliteração do indígena na memória coletiva.

Temas como os primeiros contatos, a política de aldeamentos, a política indigenista do século XIX, a navegação dos rios Araguaia e Tocantins e a questão indígena e a ação missionária aparecem no texto. Tais temas são abordados na perspectiva do "avanço das frentes de expansão, das fronteiras sócio-econômicas articuladas cada vez mais organicamente à vida nacional" (ROCHA, 2010:24). Dentro da lógica de expansão e ocupação do território o indígena aparece como empecilho ao desenvolvimento da economia e barreira cultural a ser removida. Ao ocuparem as melhores terras, os indígenas travavam a instalação e desenvolvimento dos povoados e, em perspectiva etnocêntrica, eram percebidos como selvagens.

Sobre a disputa pelo território, Pedrosa (2007) ao analisar a crônica de Yeda Rios Brandão sobre a origem de sua família em Traíras expõe:

A crônica de Brandão inicia-se mostrando o convívio compulsório entre índios e colonizadores em uma região disputada por ambos. Era no tempo, em que os homens movidos de ambição ou sequiosos de aventuras se reuniam em grupos chamados Bandeiras e se aprofundavam no sertão. Em seus rastros surgiam povoados, cidades. Rios, serras e chapadões iam sendo vistos e batizados. Índios e feras acudados cediam lugar ao invasor. Traíras nasceu sob o império do ouro tendo a seus pés o rio do mesmo nome. Em seus arredores viveram Laura e o capitão Joaquim Ribeiro de Freitas. Possuía o casal propriedade com lavoura, engenho de cana e bom número de escravos. A fazenda progredia, o ouro encontrado era secado em couro de bois. Porém os índios, que antes mantinham com os fazendeiros relações amistosas em contacto com os brancos, se tornaram espertalhões e buliçosos, começando a fazer-lhes freqüentes visitas. Amarravam a cauda dos animais umas as outras para em seguida afugentá-los, paravam o monjolo, enchiam o pilão de esterco, desviavam o curso de rego d'água, roubavam os porcos e aves.

Muito da produção historiográfica sobre Goiás foi norteadada por uma leitura da região baseada no binômio apogeu e decadência econômica. O mesmo acontece ao situar a discussão dos aldeamentos em Goiás. Oswaldo Martins Ravagnani (1987) escrevendo sobre a agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos, discute o tema dentro dessa perspectiva teórica. O autor aponta para duas fases dos aldeamentos goianos, a primeira situada no momento de abundância das minas e conseqüente incremento dos arraiais e a segunda fase já num momento de decadência da mineração e transição para agropecuária que significou o processo de ruralização. Cada uma das fases exigiu uma forma de contato com as populações indígenas que habitavam o território. Na primeira fase:

Os índios não deveriam perturbar a economia da colônia e para que assim fosse existiam os quartéis-aldeamentos, e o sertanista Antônio Pires de Campos, responsáveis pela manutenção da "ordem" criada pelos conquistadores para seu usufruto. (RAVAGNANI, 1987:121)

De acordo com o autor “a cada recuo da mineração correspondeu um avanço do bandeirismo e os inevitáveis confrontos. A posse do território tribal foi o móvel dessas ações”(RAVAGNANI, 1987:121). A disputa pelo território fazia colidir a nova política pacificadora da Corte com as práticas dos colonizadores de devastação e escravização do indígena. Dentro dessa perspectiva os aldeamentos eram importantes para desenvolver a agricultura, para expandir os povoados, para pacificação de outros grupos indígenas, pois deles agora saíam expedições de bandeiras e para a navegação dos rios “Esta política consistia em aumentar e dispersar a população da capitania integrando-a no processo de colonização”. (Ravagnani, 1987, p.122). Sobre a importância dos aldeamentos para a integração da capitania à Corte nos dá conta Ravagnani:

Falei da utilidade da mão-de-obra índia para a navegação. Mas ela foi proveitosa ainda na agropecuária. Em pouco tempo aprenderam a lidar com o gado e a agricultura. Na ruralização da sociedade que se seguiu à decadência da mineração os habitantes se espalharam pelo interior. Coube aos indígenas contribuir para o aumento do número de povoados e engrossar a população, bem como auxiliar no comércio entre esses arraiais e as províncias. Por tudo isso é que se explicam as inovações encontradas na segunda fase dos aldeamentos e sua própria existência. Foram suntuosos porque deveriam ser embriões de futuras vilas. Sua localização visava os interesses dos colonizadores e os governadores pessoalmente escolhiam o local. Os prédios que os compunham e a disposição que ocupavam já eram urbanos: uma praça central, com igreja, quartel, ruas, ranchos para os viajantes, uma vez que deveriam auxiliar no comércio com pouso, fornecimento de alimentos, mulas e remeiros. Quanto mais povoados surgissem, melhor para a agropecuária e a navegação. A própria suntuosidade servia como atração de novas tribos. (1987:139)

A importância econômica da região é central para estabelecer um lugar de destaque dentro da hierarquia interprovincial. No entanto, o nexos colonial se dá não somente pela lógica econômica, mas também por outras variáveis, como mostra Javã Isvi Pinheiro Marcondes (2011). Para o autor, a região é pensada no século XVIII sob a perspectiva da defesa do território. As práticas políticas integram a região ao projeto metropolitano de expansão territorial, de incorporação dos sertões, de possessão as quais necessitavam de novas estratégias que incluam o povoamento. Nisso, a cidade de Goiás teve papel relevante no que toca às práticas políticas para a defesa do território.

Os aldeamentos não foram responsáveis por uma ordenação econômica da região, mas entraram dentro do projeto de defesa do território como estratégia de povoamento da região. Observa-se que a questão indígena em Goiás passa por um entrecruzamento de variáveis que se ligam a projetos políticos de integração do território (defesa do território) que visam povoar e encurtar distâncias, bem como a projetos civilizadores que produzem representações estigmatizadas sobre o outro e projetos que procuram integrar as populações indígenas à órbita da economia nacional (as frentes de expansão).

Em Goiás, a política indigenista está também ligada à gestão do território. Desde o descobrimento as minas até os sinais de seu esgotamento na década de 1770, a política de gestão do território não é apenas econômica, mas, conforme Javã Pinheiro Marcondes (2011), é principalmente, política e estratégica enquanto forma de garantir a posse de territórios indeterminados. Para a Coroa portuguesa, as frentes de expansão e interiorização do território tinham essa função de asseguar do território.

Marcondes (2011) mostra, no caso de Goiás, que num primeiro momento, a fim de garantir o erário real, interessa para a Coroa a segurança e o fechamento do território. Desse modo, proíbe-se a navegação dos rios Araguaia e Tocantins e a criação de estradas, ficando permitida apenas a estrada que ligava Goiás a São Paulo, a chamada estrada do sul ou caminho de Goiás. De acordo com o autor, a mineração é importante para garantir o erário real, mas, o que importa de modo político-estratégico é assegurar as possessões territoriais.

Dentro dessa lógica, num primeiro momento, os aldeamentos eram pensados para garantir a segurança dos arraiais, dos moradores e também para combater as investidas de grupos indígenas não integrados. Com o esgotamento do ouro, os aldeamentos são pensados como embriões de futuras vilas, a ideia aqui é garantir o povoamento da capitania.

Com as políticas do Diretório dos Índios (1755-1798), os índios passam a ser vistos como vassalos e, como vassalos, deveriam ser úteis à Coroa (povoamento e asseguaração do território), aos moradores como mão-de-obra na agropecuária, como canoieiros na navegação dos rios. Assim, as políticas indigenistas previam a diferença entre indígenas integrados ao processo civilizador e os não integrados entendidos como barbárie.

De acordo com Apolinário (2005), o indígena é falado pela documentação, daí, as representações que negam a alteridade e invisibilizam o protagonismo. A autora vai buscar esse protagonismo nas brechas da documentação, como diz Dias (2013), no residual, naquilo que Ginsburg vê como indícios em seu método indiciário.

A temática indígena em Palacín prima por uma determinada leitura historiográfica que reproduz a documentação oficial, e, portanto, não enxerga o protagonismo indígena. A leitura historiográfica de Apolinário (2005) já enfoca as brechas na documentação oficial na busca do protagonismo indígena.

A temática indígena passa a ser campo de novas pesquisas que buscam repensar a historicidade desses sujeitos a partir de seus próprios elementos, da sua alteridade, da sua historicidade. Isso significa que o índio é, sim, um ator que participa de sua história. De acordo com Thiago Cancelier Dias (2013) a história das relações entre indígenas e não indígenas em Goiás é uma história de contatos, cooperações e conflitos. Isso denota que os

grupos indígenas em Goiás atuaram como protagonistas de suas histórias, ainda que nos limites das relações de dominação em curso pelo projeto colonizador e do contexto adverso. A ideia de protagonismo indígena é defendida por autores como Apolinário (2005), Karash (2009), Moteiro (1999) Almeida (2003) e Giralдин (2000).

O protagonismo indígena aparece nos mecanismos de sobrevivência, na ressignificação cultural, nas negociações, na resistência pela guerra, na construções, já que muitos aldeamentos apresentam uma diferença entre a planta e as construções com elementos indígenas, na condição social dentro dos aldeamentos, que contavam com os *principais*, que eram indígenas que exerciam liderança. Outro aspecto do protagonismo era utilizar o medo como arma, como uma das estratégias de guerra.

As formas de resistência indígena foram interpretadas etnocentricamente seguindo o binômio índio ingênuo e/ou manso e índio hostil e/ou feroz representações que também orientaram as contradições na política indigenista.

Portanto, a estratégia política dos indígenas percebida a partir do olhar europeu e de seu projeto colonizador fazem com que eles não entrem para a memória enquanto sujeitos que atuam a partir de seus próprios interesses, isso porque não se leva em consideração sua alteridade, pelo contrário, observa-os sob a óptica da não adequação aos pressupostos da cultura ocidental prevista pelas políticas indigenistas que tinham aspectos econômicos, mas também ideológicos que confrontavam e não admitiam a alteridade.

Determinadas representações foram responsáveis por apagar o protagonismo indígena em Goiás. Identificá-las é perceber os alicerces da construção de um discurso de relações de poder que fixam determinados sujeitos históricos em detrimento de outros.

REFERÊNCIAS:

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Annaes da Província de Goyaz (1863)**. Brasília: Sudeco, 1979

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão**: as práticas das políticas indígena e indigenista no norte da Capitania de Goiás - século XVIII. 2005. 269f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

BRASIL, Americano do. **Súmula de história de Goiás**. Goiás, Imprensa Oficial, 1932,

CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2.^a ed. São Paulo: Editora Nobel, 1983.

CHAUL, Nars Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás**. 2^a Ed. Goiânia: Editora UFG, 2010.

DOLES, Dalísia E.; NUNES, Heliane P. Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: uma visão dos viajantes europeus. In: **Ciências Humanas em Revista** – História, Goiânia: Ed. da UFG, v. 3, n. 1/2, jan. / dez. 1992.

CRESCENCIO, I. E. . Representações dos indígenas de Goiás. Investigando a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1838-1839). **Cadernos de História** , v. 02, 2012.

DIAS, Thiago Cancelier. Contatos e desacatos: *os línguas* na fronteira entre sociedade colonizadora e indígenas (1740 A 1889) – Goiás. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 205-226, jul./dez. 2013.

GIRALDIN, Odair. Renascendo das cinzas: um histórico da presença dos Cayapó-panara em Goiás e no triângulo mineiro. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 161-184, jan./dez. 2000.

KARASH, Mary. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás, 1780-1889. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Governadores de ruínas: os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 40, ju lho-dezembro de 2007, p. 3-23.

MARCONDES, Javã Isvi Pinheiro (2011). **O problema da defesa do território na Capitania de Goiás no século XVIII**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás, 2011.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

MOTA, Lúcio Tadeu. **O aço, a cruz e a terra**: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889). Assis, 1998. (Tese de doutorado)

PALACIN, Luis. A Ausência do Índio na Memória Goiana. **Ciências Humanas em Revista**, 3 (1/2) 59-70, jan./dez. 1992.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. **Documentação Histórica na Reconstituição da História Regional de Goiás**, 2007. Disponível em:

<www.proec.ufg.br/revista_ufg/agosto2007/.../memoriaedocumentacao>. Acesso em: 08 de abril de 2014

PEREIRA, Eliane M.C.M. A Construção de Nação e Região em Goiás, 1830-1945. **Ciências Humanas em Revista**, 6(2): 65:77, jul./dez.1995.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos. In: **Revista de Ciências Sociais**. UNESP. Perspectivas. São Paulo, vol. 9/10 (1986/1987)

ROCHA, Leandro Mendes (org). **Atlas histórico: Goiás pré-colonial**. Goiânia: CECAB, 2001.

SANDES, N. F. A invenção de Goiás. In: Freitas, Lena Castelo Branco Ferreira; Aires, Aidenor; Caldeira, Elizabeth. (Org.). **A formação de Goiás Contemporâneo**. Goiânia: Kelps, 2012, v. 1, p. 53-69.

SANDES, Noé Freire; ARRAIS Cristiano Alencar. História e memória em Goiás no século XIX. Uma consciência da mágoa e da esperança. In: **Varia**. vol. 29 no.51 Belo Horizonte Sept./Dec. 2013.

SILVA, Rogério Chaves da (2006). **O Jesuíta e o Historiador**: A produção historiográfica de Luis Palacín sob o prisma da Matriz Disciplinar de Jörn Rüsen. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás, 2006.



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS

27 A 31 DE JULHO DE 2015

FLORIANÓPOLIS - SC